

Trabalhadores de Rua: Uso do Solo e Apropriação do Espaço Público no Centro de Salvador

RESUMO: As diversas necessidades criadas pelos diversos usos do solo podem ser reveladoras de antagonismos e disputas, o que também se evidencia no espaço público. A ideia principal é partir dessa perspectiva e analisar a forma pela qual os trabalhadores de rua utilizam o logradouro público para o desenvolvimento de sua atividade laboral na cidade de Salvador, tendo em vista que o espaço é um produto social, econômico e histórico. A pesquisa utiliza ainda como principal referencial teórico os circuitos da economia de Milton Santos para compreensão da dinâmica da atividade, sua espacialização e entendimento da articulação entre os atores envolvidos em tal prática (trabalhadores de rua, poder público e fornecedores). Por fim, considera-se que a atividade dos trabalhadores de rua está intimamente vinculada ao Centro de Salvador, pela própria estrutura no uso do solo que este possui, o que permite inferir na continuidade da mesma.

Palavras-chave: apropriação; uso do solo; espaço público; rua; trabalhadores de rua.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão de como o espaço urbano se configura pode vir de reflexões sobre situações cotidianas, quando nos propomos a analisá-las. A presença de trabalhadores de rua é cada vez mais notável no cotidiano da sociedade soteropolitana. A primeira hipótese que nos vem a mente é de que as mesmas, provavelmente, representam uma alternativa de sobrevivência para uma parcela da população de desempregados, além de também poder ser resultado de uma escolha pessoal. Nesse último caso, há de se considerar a possibilidade de que existam e se mantenham por oferecer a possibilidade de um trabalho autônomo, que oferece uma renda maior que a de um emprego considerado formal. Um dos principais objetivos deste trabalho é compreender, para além do senso comum, o que ocorre na realidade do uso dado aos espaços públicos numa determinada área da cidade de Salvador, que está inserida no seu Centro Municipal Tradicional¹, utilizando-se para isso o pressuposto de aspectos teórico-conceituais.

Pelo exposto, evidencia-se que trata-se de um trabalho de natureza teórica-empírica, que recebeu contribuições significativas desenvolvidas nas atividades do projeto de pesquisa intitulado “Laboratório Urbano: Experiências Metodológicas para Compreensão da Complexidade da Cidade Contemporânea”², cuja proposta é investigar a compreensão das cidades no contexto contemporâneo de espetacularização urbana.

A linha de raciocínio do presente artigo parte dos elementos que compõe o espaço, analisados sob a ótica do modo de produção capitalista, que influencia diretamente na organização dos usos do solo. O entendimento deste assunto é de extrema relevância para

o estudo proposto, uma vez que auxiliará no entendimento do por quê a atividade comercial tende a ser mais forte nos centros das cidades. Entende-se que toda essa dinâmica está relacionada com o aspecto físico, mas o transcende por estar baseada em relações sociais e trocas comerciais. Nesse contexto, está também considerada a importância dos espaços públicos, a relação de pertencimento com este lugar a partir do uso que lhe é conferido e a maneira como ele é apropriado pelos trabalhadores de rua.

2 ESPAÇO, ECONOMIA E USO DO SOLO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A compreensão do espaço está estreitamente relacionada com a economia, e neste sentido o uso do solo pode ser entendido como um produto do modo de produção, onde as localidades mais desejadas tendem a ser ocupadas por quem detêm maior poder aquisitivo. As diferentes formas de apropriação do território resultam nos diversos usos do solo que nada mais são do que agrupamentos das diferentes utilizações da cidade no espaço, orientadas pelo mercado.

Para a compreensão do espaço, Santos (1985) alerta para necessidade de entendermos os efeitos dos processos (tempo e mudança), especificando as noções de forma, função e estrutura, enquanto elementos fundamentais para compreensão da organização espacial. Sucintamente, podemos dizer que a forma é o que vemos, o aspecto visível de uma coisa. A função está relacionada à atividade que espera-se ser realizada por uma determinada forma. A estrutura é o modo de organização vigente e, por fim, o processo é uma determinada ação no tempo. O conjunto dessas categorias compõe o que podemos compreender como sendo o espaço. O espaço, por sua vez, enquanto produto social, está sob permanente processo de transformação e é o resultado do que a sociedade produz.

Carlos (2008) afirma que, nesse sentido, o espaço geográfico é um produto histórico e social. Nesse caso, o homem, através do trabalho que realiza, é o sujeito que produz este espaço, em momentos históricos diferenciados, que se apresenta então como um produto e condição para o processo de reprodução da sociedade. A maneira como este espaço em sua complexidade é apropriado pelas diversas porções da sociedade, resultam nas diferenciações dos usos do solo. Tais diferenciações estão baseadas no fato de que existem pessoas realizando atividades que são concorrentes ou complementares, em decorrência da divisão social do trabalho, e que conduz a uma disputa de usos, onde o espaço é um resultado da contradição entre a produção socializada e a apropriação individual. A autora ressalta ainda dois aspectos a despeito do uso do solo. O primeiro se refere a concentração de atividades em determinados pontos do território, o que possibilita a circulação do capital e o segundo que diz respeito à dinâmica e o modo de utilização do solo que é definida pelo valor da terra.

Lipietz (1988) aponta que na sociedade capitalista o espaço é um bem que tem preço, que é o preço do solo, renda fundiária ou tributo e, dessa forma, conseqüentemente, torna-se também uma mercadoria. Para Carlos (2008) o mercado é o elo entre as relações sociais e os usos da cidade, o que determina o acesso à propriedade privada por intermédio do preço da terra urbana, que inclui da localização do terreno à privacidade. A autora afirma, ainda, que a disputa pelo uso do solo é orientada pelo mercado que limita as escolhas e condições de vida, de modo que a localização de uma determinada atividade só pode ser entendida no contexto do espaço urbano como todo, levando em consideração as especificidades de cada lugar. É nesse sentido que se dá a importância deste assunto para a pesquisa em questão, uma vez que a compreensão do porquê o fenômeno ocorre neste lugar perpassa pelo entendimento de como estão organizados os usos do solo, baseados na predominância das atividades que são desenvolvidas no local estudado. A maneira como as cidades estão estruturadas são na realidade um reflexo do modo de produção capitalista, como Carlos (2008) aponta: “uma aglomeração em vista da produção”.

Para Carlos (2008) ainda, as diferentes apropriações do espaço resultam em diferenciações de usos do solo e as diversas necessidades criadas pelos diversos usos podem ser reveladoras de antagonismos e disputas, pois tais apropriações estão baseadas em interesses e necessidades contraditórios dos indivíduos. A forma como cada um desses indivíduos utiliza o espaço está de acordo com suas necessidades e depende da posição que o mesmo ocupa no processo de produção.

A maneira como as atividades se materializam no espaço urbano depende de vários fatores e é uma manifestação da divisão técnica e social do trabalho, num determinado período no tempo. Nesse sentido, daqui por diante tratar-se-á mais especificamente dos usos do solo num local específico da cidade, o Centro, que é onde se analisará a referida apropriação. Como afirma Montessoro (2006), a localização pode se apresentar como um fator que valoriza e torna o solo urbano competitivo e as áreas centrais possuem como característica a capacidade de concentrar e favorecer as trocas comerciais e a circulação da mercadoria e, conseqüentemente, do capital.

2.1 O centro enquanto *locus* da atividade comercial

Para Bastie e Dezert apud Heinonen (2005, p.83) “percorrer um mercado é uma das melhores maneiras de penetrar a alma de um povo”. A produção de bens visando o consumo do excedente e, conseqüentemente, a obtenção do lucro tem sua origem com o modo de produção capitalista. A divisão social do trabalho distinguiu os ofícios da agricultura e os ofícios que se instalaram na cidade. Ferrari (1977) questiona se foi o comércio que originou a cidade ou o contrário que aconteceu.

De acordo ainda com autor supracitado o desenvolvimento dos transportes urbanos permitiu a concentração do comércio a varejo, o que deu origem às zonas comerciais geralmente situadas no centro das cidades. Os centros urbanos coincidem, portanto, muitas vezes com o núcleo inicial das cidades e possuem a histórica e marcante característica de ser o lugar de organização do comércio local, favorecendo a circulação da mercadoria.

A forma como as atividades se desenvolvem num determinado local refletem a sociedade na qual estão implantadas. Para Santos (2008a, p.198) “o ‘centro’ da cidade se caracteriza por uma paisagem arquitetural e humana muito mais completa que nos setores precedentes. Além do mais, sua localização não é necessariamente central.” Este centro, ainda para o mesmo autor, é o nódulo principal da cidade com forte concentração de serviços e comércios nos países subdesenvolvidos. Ele tende a monopolizar todas as funções mais importantes em cidades médias, mas pode ser duplo ou triplo em cidades de maior porte.

Montessoro (2006) explica que a reestruturação urbana redefine a centralidade urbana com a criação/desenvolvimento de novas centralidades, comumente conhecidas como subcentros, os quais geram novos espaços de consumo. Nesse sentido, quem pode pagar pelas melhores localizações se beneficia das novas formas comerciais e espaciais que surgem nas novas centralidades, influenciando diretamente no processo que muitos autores intitulam de esvaziamento do centro. Entretanto, aqui não se pretende tratar de um “esvaziamento”, mas sim numa mudança no perfil da população que utiliza este lugar em Salvador, pois observa-se que na realidade houve uma modificação na camada da população que usufrui deste espaço. Se antes era uma população abastada que se beneficiava do Centro, atualmente observa-se que são as classes médias e baixas que o utilizam. Como afirma Lefebvre (2001), esses centros tradicionais podem se transformar, mas continuam sendo centros de intensa vida urbana, onde a função econômica é a função essencial.

Local de encontros e desencontros, o centro possui uma dinâmica que cria uma relação entre o consumidor e a mercadoria, onde a função que é imediatamente assimilada é exemplificada pela apropriação do setor terciário neste lugar. A paisagem no centro é caracterizada fortemente pelo comércio que associa o cotidiano à mercadoria de maneira que o espaço é influenciado por essa dinâmica. Essas atividades tipicamente centrais tendem a se localizar ao longo das vias, remetendo a um tempo em que a atividade comercial ocorria na rua e não no interior de grandes empreendimentos.

2.2 Os trabalhadores de rua e o circuito inferior da economia

Partindo da premissa de que de “o espaço está na economia, assim como a economia está no espaço” (SANTOS, 1985, p.1) e pelo que já foi exposto até o momento, nos cabe tentar

entender melhor como esses dois elementos estão relacionados, onde utilizaremos como fundamentação teórica o trabalho de Milton Santos sobre os circuitos da economia, enfocando no circuito inferior, pois é nele que estão enquadrados os trabalhadores de rua. O período atual é marcado pelo fator tecnológico. Nos países subdesenvolvidos a informação fica a serviço do consumo. Estas duas variáveis (informação e consumo) geram ao mesmo tempo forças de concentração e dispersão que vem a definir a organização do espaço. A revolução do consumo contribuiu para gerar formas novas de produção e comércio. Santos (2008b) afirma que:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 2008b, p. 37).

Ainda para Santos (2008b), ambos os circuitos são resultado da modernização tecnológica, onde o superior usufrui diretamente dessa modernização, enquanto que no inferior esse resultado se dirige a indivíduos que se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam do processo.

O circuito inferior é uma consequência das desigualdades oriundas do modelo de crescimento econômico vigente, baseado em uma distribuição de renda desigual. Entender como esses fatores se organizam é entender como a sociedade se organiza no espaço. Compreender a cidade sem considerar o circuito inferior é não apreendê-la em sua complexidade. O trabalho aparece aí como um fator essencial, enquanto que no circuito superior o essencial é o lucro. Esse trabalho é de difícil compreensão, pois ele é tanto o mal remunerado quanto o temporário ou o instável.

Com relação aos trabalhadores de rua, Santos (2008b) entende que os mesmos compõe o nível inferior da pulverização do comércio, configurando-se como o “último elo da cadeia de intermediários entre importadores, industriais, atacadistas e o consumidor” (SANTOS, 2008b, p. 218). Esta categoria destaca-se por ter menor dependência com relação à sua clientela, uma vez que desloca-se a procura da mesma. Como ele afirma: “[...] os pequenos vendedores ambulantes não são independentes, mas verdadeiros empregados de patrões invisíveis que comandam microcadeias de comercialização, cujos agentes frequentemente são doentes, crianças e mesmo adultos” (SANTOS, 2008b, p. 219).

Há ainda uma distinção com relação a estes trabalhadores de rua em duas categorias: aqueles que tem local fixo na calçada com suas mercadorias expostas nas ruas do centro

ou aqueles que vão a procura da freguesia nos bairros. Cabe destacar, ainda, os três elementos essenciais ao funcionamento desse circuito:

- o crédito – indispensável para agentes e consumidores sendo o método de ingressar na atividade para os primeiros e configurando-se com a possibilidade de consumo dos últimos;
- os intermediários – responsáveis por fornecer crédito aos artesãos ou comerciantes, cujo pagamento inicial é feito muitas vezes sob a forma de mercadorias;
- o dinheiro líquido – representa o pagamento dos numerários e é indispensável para o consumidor final.

O consumo na modernidade aumenta a necessidade do dinheiro líquido e acelera a rapidez da sua circulação. O dinheiro líquido é utilizado tanto no pagamento de dívidas quanto para obtenção de novos créditos. Para Geertz apud Santos (2008b, p. 233) ele age como “lubrificante” nas engrenagens do circuito inferior. A questão que se coloca é que uma vez que o capital circula há uma consequente baixa acumulação e, dessa maneira, se mantém a pobreza.

O pequeno comerciante, no entanto, possui margens de lucro mais elevadas e alerta-se para o fato de que os trabalhadores de rua podem ainda possuir mais lucros que estes. Isto acontece porque o vendedor de rua pode escolher os produtos que irá comercializar de acordo com seu interesse, enquanto os pequenos comerciantes precisam de uma maior variedade para expor. Entretanto, o vendedor de rua conta com maior instabilidade, já que pode passar dias sem vender nada. A margem de lucro por unidade pode ser elevada, mas o lucro final pode ser nulo.

A relação com o tempo é algo que também precisa ser destacada nos dois circuitos. Estocar produtos pode representar um grande prejuízo para os pequenos trabalhadores de rua. Um fenômeno comum é a possibilidade de adquirir a mercadoria muito abaixo de seu valor no final do dia, quando a falta do lucro é recompensada pela obtenção do dinheiro líquido. É nesse sentido que ressalta-se a importância da pechincha enquanto mecanismo de negociação entre vendedor e comprador.

Há grande fluidez no emprego no circuito inferior, entretanto é através da sua dinâmica e capacidade de criar atividades que pode-se compreender que a sua principal função é perpetuar uma situação de pobreza. O que é pesquisado neste trabalho é justamente a apropriação da rua pela atividade comercial que se dá nela, muitas vezes identificada como comércio informal ou camelô, mas que independente do nome insere-se na categoria do circuito inferior da economia. Cabe nesse sentido então, caracterizar este lugar onde a atividade é observada: a rua enquanto espaço público.

3 O ESPAÇO PÚBLICO APROPRIADO PELO TRABALHADOR DE RUA

O que é o espaço público? Esta é uma questão das mais discutidas por aqueles que se dedicam ao estudo das cidades. Diversos autores elaboram conceitos acerca do que seria esse lugar e retomaremos algumas abordagens no sentido de tentar melhor esclarece-los. O espaço público reflete as tensões do processo de produção do espaço urbano e os conflitos de interesse público-privados existentes. Para entender o que significa apropriação precisamos antes fazer uma distinção do que é público e do que é privado, uma vez que apropriar dá a noção de tornar algo próprio, particular.

Retomando o pensamento grego, Arendt (2007) explica que com a cidade-estado o homem recebe além da sua vida privada (família e casa), uma segunda vida (*bios politikos*) e que a partir de então, o homem pertence a essas duas ordens de existência, onde diferencia-se “aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)” (ARENDR, 2007, p.33) Essa distinção entre as esferas pública e privada da vida por sua vez significam uma separação entre a família e a política.

Sennett (1993), ainda sobre a historicidade dos significados de “público” e “privado”, prossegue afirmando que no século XVI o termo “privado” foi usado com o sentido de distinguir os privilegiados. Por volta do século XVII “público” e “privado” já se opunham de maneira semelhante ao que ocorre na atualidade. “Público” significava que algo estava disponível para observação de todos, enquanto que “privado” se referia a uma região protegida da vida, referente à família e aos amigos. Já no século XVIII a palavra “público” adquire o sentido moderno, onde significa não somente uma parte da vida separada do domínio da família e dos amigos, mas também passa a significar um domínio público mais amplo incluindo uma diversidade grande de pessoas estranhas. O “público” passa então a significar uma vida para além da família e dos amigos íntimos, aproximando-se da região da vida pública onde grupos semelhantes e diferentes podem ter contato.

Para Arendt (2007) a esfera pública significa comum, onde o “público” em primeira instância pode ser visto e ouvido em todo lugar e em segundo é aquilo que é comum a todos, o próprio mundo e o lugar de cada um dentro dele. Este mundo comum reúne os indivíduos e ao mesmo tempo evita que ocorra um choque entre eles.

Já o sentido moderno de “privado” aparece sob o formato de um círculo de intimidade. Esta esfera privada se relaciona com a propriedade, onde o termo “privado” é considerado na acepção de “privação”, que reside na ausência dos outros e induz à solidão. A vida pública, ainda para Arendt (2007), só se tornaria possível na medida em que as necessidades urgentes da própria existência (por meio da riqueza privada) fossem atendidas e o meio para atingi-las se dá, portanto, através do trabalho.

O espaço público pode ser entendido sob diversas formas, mas os pontos de interseção nos pensamentos dos autores utilizados levam-nos a entendê-lo como um lugar de ação política, palco de relações sociais ou ainda como *locus* da comunicação, democracia e encontros ocasionais. O espaço público pode ser entendido, portanto, como um lugar de ação política que se contrapõe ao lugar da família e das questões relativas à privacidade do indivíduo.

3.1 A rua: lugar ideal para o acontecimento da vida pública

As ruas, sobretudo as do Centro, podem ser tratadas como um símbolo de resistência. A apropriação deste espaço público pelos comerciantes dinamiza o seu uso, conferindo características a este lugar que não podem ser observadas com a mesma ênfase em outros locais da cidade.

De acordo com Narciso (2009), o espaço público é antes de tudo um espaço físico, ou seja, é o da rua, da praça, lugar do comércio e das trocas. Segundo Santos (1985) entre os pólos do “público” e do “privado” se estabelecem relações de apropriação diferenciadas. Para ele, as atividades que se opõem às ideias de intimidade e privacidade, tais como festas, encontros e jogos, encontram na rua o lugar ideal para seu acontecimento.

Um dos pesquisadores brasileiros que mais contribuíram nos estudos sobre a rua foi Roberto da Matta (1997), que se propôs a pensar o que chama de “categorias sociológicas” (a casa e a rua), como mais do que simples espaços, mas como importantes agentes que se opõem e influenciam no comportamento dos indivíduos. Esses espaços, para o autor, não se misturam. Enquanto na casa temos um ambiente de intimidade, onde as relações são informais, familiares e amistosas, todas regidas por regras da moralidade, na rua predominam relações contratuais, impessoais e formais. Essa oposição, entretanto, não é estática ou absoluta, “casa e rua se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, vindo a se tornar sua “casa”, ou seu “ponto” (p.55)

Na rua, a apropriação de suas formas pode ocorrer de diversas maneiras. Para Santos & Vogel (1985) apropriar-se de um ponto, por exemplo, em um determinado local através de uma atividade implica particularizá-lo, ou seja, privatizá-lo não apenas pela especialização dada por seu uso, mas também pelo tipo de vinculação ao grupo de pessoas que passa a se utilizar desse lugar. O que define o “ponto” é o exercício regular de uma determinada atividade. Para os autores, essa atividade pertenceria ao domínio público, pois sem ele não seria possível a criação do mesmo. Entretanto, esse ponto pode ser ou não reconhecido. No caso de não ser é a própria atividade que confere a sua significação, tornando-o passível de ser identificado.

Para os mesmos autores ainda, ao tratar da economia da rua, as atividades que acontecem nela são derivadas da variedade de usos e formas que a mesma permite de utilização. Espaço e uso são, dessa forma, totalmente relacionáveis e se constroem reciprocamente.

As atividades como que “escolhem” seus espaços, apropriando-se deles, conformando-os, e sendo conformadas de volta. A distinção entre forma e fundo perde o seu sentido, pois existem conjugações de espaços e atividades em que os primeiros não são apenas formas que abrigam um conteúdo eventual na medida em que contribuem para a sua realização. Da mesma maneira, o que acontece em um local não constitui somente a essência que, vertida num receptáculo vazio, toma a sua forma, pois contribui decisivamente para moldar e qualificar os ambientes. Em resumo, diríamos que um espaço é sempre o espaço de alguma coisa, assim como as coisas só podem ter lugar em algum espaço (SANTOS E VOGEL, 1985, p.49).

A apropriação aqui é entendida como o ato de tomar posse de algo que, a princípio, não lhe pertenceria ou como é o caso do espaço público, o lugar que pertence a todos. A forma sob a qual este espaço é apropriado pelo comércio de rua é o que será abordado a seguir.

3.2 Trabalhadores de rua e apropriação

Quem são os trabalhadores de rua a quem este trabalho se refere? Ambulantes, trabalhadores informais, camelôs são apenas alguns dos nomes comuns mais utilizados para identificar as pessoas que utilizam a rua como lugar de trabalho. A utilização desses termos pode confundir o leitor ou criar fragilidades na compreensão acerca do que se está falando. Por exemplo, o termo “ambulante” dá a ideia de alguém que muda constantemente de lugar, não possuindo um lugar fixo de trabalho. Já o termo “trabalhador informal” também pode nos induzir a confusões se não estiver claro o seu significado, visto que se pode remeter erroneamente à questão da legalidade da atividade.

Para esclarecer um pouco a que o termo “trabalhador informal” vem a se referir, Krein e Proni (2010) num trabalho desenvolvido para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), utiliza o termo “economia informal” para se referir a uma heterogeneidade no mercado de trabalho que abrange desde a contratação ilegal de trabalhadores sem carteira de trabalho devidamente assinada, até o trabalho em domicílio ou o comércio realizado por conta própria, como é o caso dos trabalhadores de rua. Esta heterogeneidade torna complexa a sua abordagem e entendimento e por isso optou-se por não utilizar esse termo neste trabalho, porém não pode-se deixar espaço para confundir informalidade com ilegalidade, em que não há o pagamento de impostos, bem como não são cumpridas as disposições da legislação trabalhista. O denominado “setor informal” da economia urbana pode ser entendido como outra estratégia de sobrevivência, visto que o mercado não consegue incorporar a excessiva massa de trabalhadores existente. Este trabalho pode ainda ser legalizado e reconhecido pela municipalidade, como é o caso de Salvador.

O termo “camelô” começou a ser tratado já em 1869, conforme Mollier (2009), por Pierre Larrousse no *Dictionnaire universel du XIX^e siècle*. Nele, o termo *camelot* aparece com o emprego popular que recebia na época, referindo-se ao “vendedor ambulante que empurra uma carreta com os braços e encurvando as costas, o que faz lembrar um camelo.” (p.49). Já no segundo *Supplément do Grand Dictionnaire universel du XIX^e siècle*, em 1890 o termo era explicado pelos sucessores de Larousse como:

O termo camelô aplica-se a uma nova classe de negociantes essencialmente características das grandes cidades e em particular de Paris. Ativo, esperto, inteligente, o camelô geralmente tem verve e espírito suficientes para reunir a multidão em torno de seu modesto mostruário, que cabe inteiro em um pano estendido na calçada (MOLLIER, 2009, p.49).

Mesmo sendo o termo “camelô” bastante apropriado por sua própria definição conforme o exposto optou-se neste trabalho pela expressão “trabalhador de rua”, a qual se entende ser a forma mais simples de remeter adequadamente ao significado do que se quer passar, de alguém que exerce uma atividade laboriosa nas ruas e que, antes de tudo é um trabalhador. Além disso, o termo é mais abrangente e pode ser utilizado tanto para aqueles que possuem pontos transitórios, quanto para aqueles que possuem pontos fixos de trabalho, aos que estão numa situação regular quanto aos que não estão.

A rua preserva o seu caráter de circulação, não apenas de pessoas e informações, mas também de mercadorias. Para Sobarzo (2006), o espaço público pode ser visto em termos de dominação e apropriação. No primeiro caso verifica-se uma relação de verticalidade em que os processos “vindos de cima” alteram o sentido de público da cidade. Já no segundo caso verificam-se relações de horizontalidade, cujas próprias trajetórias das pessoas no espaço constroem, modificam e conferem sentido ao mesmo. A apropriação se dá, portanto, por meio do uso no cotidiano.

Ainda para o autor supracitado, a sociedade urbana tem uma lógica diferente da lógica da mercadoria, pois se baseia no valor de uso, o que nos remete a pensar que a apropriação do espaço se dá numa lógica que foge da racionalidade planejada ou imposta. “O espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres.” (DECERTEAU apud SOBARZO, 2006, p.104).

De acordo com o mesmo autor, a apropriação na perspectiva de privatização progressiva do espaço público, interliga às esferas do público e do privado. Ela se constitui como um prolongamento do privado no público por meio do uso, que se realiza pelo corpo do habitante. Os espaços públicos, portanto, podem ser analisados como produtos e produtores da apropriação, onde são criadas relações de reconhecimento, identidade e pertencimento pelos seus usuários.

Para Montessoro (2006), o comércio nas ruas existe e continuará se expandido, sobretudo nas áreas centrais, pois o fluxo que incide neste local permite uma circulação mais acirrada. A apropriação por parte dos trabalhadores de rua, para esta autora, tem uma relação de causa e efeito que está associada ao desemprego. Essa apropriação está relacionada ao fato de que, na cidade, o espaço é uma mercadoria e por esse motivo está passível de sofrer uma apropriação privada.

O espaço é uma mercadoria que permite uma apropriação privada e que, portanto, está associado à dominação, isto é, o espaço vigiado e reprodutível é tomado desigualmente pelas camadas sociais com o apoio do Estado que age de forma estratégica para dar continuidade ao processo de acumulação e reprodução do capital através das contradições que caracterizam seus diversos usos (MONTESSORO, 2006, p.198).

Ainda para a autora citada, a relação de troca com enfoque nos trabalhadores de rua modifica os usos do espaço numa relação entre indivíduos e uma sociedade que se baseia no consumo. Mesmo que a relação de troca esteja como pano de fundo, é possível estabelecer contatos com as pessoas e com o lugar apropriado (ponto), de maneira que quando se avista alguém adquirindo produtos com os trabalhadores de rua, pode-se pressupor que o contato de compra e venda cria uma imagem da pessoa com o lugar, sendo este um espaço público apropriado de forma privada pelo vendedor que visa obter seu lucro. A partir da obtenção da mercadoria as relações estariam se concretizando e delimitando ações superficiais, mas que não impedem o contato. Nesse sentido, a partir da apropriação que constitui o foco da abordagem deste trabalho, observa-se que a rua enquanto espaço público ganha uma nova dimensão a partir do novo uso que lhe conferido, passando a ser um espaço de trabalho. A seguir, apresenta-se em como a apropriação se dá em algumas das ruas mais movimentadas do Centro da cidade de Salvador.

4 A RUA ENQUANTO ESPAÇO DE TRABALHO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES EM SALVADOR

A presença da atividade comercial desenvolvida nas ruas do centro tradicional da cidade é a expressão histórica da combinação de relações socioeconômicas desiguais e que fazem parte do cotidiano daqueles que transitam na área estudada, ou seja, tem a ver com o seu papel histórico, considerando-se o uso do solo onde predominam o comércio e o serviço, que atraem um grande número de pessoas também por concentrar muitos empregos. É nesse sentido e tendo em vista que os trabalhadores de rua tendem a se localizar próximos às áreas de grande fluxo de pedestres que se considera que há, além da atração exercida

pela intensidade da dinâmica do comércio tradicional³ e dos serviços oferecidos no lugar, a forte influência da Estação da Lapa.

Para o terminal de transporte se dirigem, segundo a Transalvador (2010), 92 linhas de transporte, num contingente de cerca de 278 ônibus/hora ou cerca de 260.000 passageiros/dia. O trecho analisado, portanto, compreende o que pode ser entendido como a área de influência imediata da Estação da Lapa, pois observa-se a apropriação pelos trabalhadores de rua nos logradouros que dão acesso ao referido terminal de transporte. A Estação da Lapa configura-se como o principal gerador que mantém a forte atividade comercial, sobretudo a que acontece nas ruas de seu entorno. Projetada para receber cerca de 150 mil pessoas por dia, hoje 30 anos depois circulam cerca de 260 mil passageiros pelo local, ou seja, 74% a mais do que fora planejado.

Desde a inauguração da Estação, que provocou um aumento no fluxo de transeuntes em suas proximidades, de acordo Santana (1983) em matéria escrita para o Jornal Correio da Bahia, já no ano de 1983 havia a intenção da prefeitura de frustrar a possibilidade de que uma Barroquinha surgisse em plena Piedade, e para tanto se inviabilizava a instalação de estabelecimentos comerciais na região. Especulava-se a instalação de algum tipo de *shopping* a céu aberto no local, o que não chegou a ser instituído oficialmente pela prefeitura.

Há de considerar ainda a influência dos *shoppings centers* Lapa e Piedade, que atraem um número significativo de viagens, o que pode ser constatado pelos números apresentados por suas administrações, que informam em seus sites que por ali circulam cerca de 70 e 100 mil pessoas/dia. Estas duas grandes superfícies comerciais na região contribuem para os fluxos diários de pessoas que se dirigem ao lugar tanto por ser esta uma área de concentração de empregos, quanto pela conseqüente atração exercida pela atividade comercial desenvolvida.

A crescente presença de trabalhadores de rua no centro da cidade criou a necessidade de o poder público regular à atividade, o que não se deu sem conflitos. O espaço público da rua em Salvador pode ser traduzido pelo termo “logradouro público”. Este é definido pela LOUOS/84 como “espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer públicos” (SALVADOR, 1984, s.p.). No PDDU/2008 os logradouros públicos são considerados como “ambientes de convívio e socialização, meios de inserção social, de fortalecimento da identidade coletiva e de desenvolvimento econômico” (SALVADOR, 2008, s.p.).

As atividades públicas ou privadas que configuram uso do solo na cidade são reguladas, fiscalizadas e punidas administrativamente, quando é o caso, pela polícia administrativa do município, que é responsável ainda por disciplinar o exercício dos direitos individuais sob os interesses públicos e pode ser representada por órgãos como a Superintendência de

Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM) e Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção à Violência (SESP). No que se refere às atividades comerciais, compete ao poder de polícia administrativa disciplinar a exposição de mercadorias e impedir sua exposição em áreas externas além do que estiver autorizado por ela, que deve ainda exercer o controle do uso do solo.

O Código de Polícia Administrativa, instituído pela Lei nº 5.503/99, regula as atividades dos trabalhadores de rua, em que a exploração da atividade depende de um alvará de licença ou autorização. Este só é emitido se estiver em conformidade com o estabelecido pela LOUOS/84, no que se refere a sua localização e/ou equipamento utilizado na atividade, bem como as implicações referentes a aspectos como higiene, estética, limpeza pública e ou segurança, trânsito e impacto ambiental. O alvará expedido para atividade em logradouro público depende da autorização da Prefeitura e sempre é emitido em caráter individual (pessoa física), precário⁴ e intransferível, ou seja, precisa-se de autorização para vender.

A área em estudo foi delimitada por uma poligonal apenas para tornar mais fácil a compreensão de que as informações e dados apresentados pertencem ao local apresentado, o que não significa que a atividade não possa ser identificada nas proximidades que extrapolam o traçado da poligonal (Figuras 1 e 2). Para compreender a relação dos trabalhadores com a rua que utilizam como local de trabalho foram aplicados 62 questionários num universo de 288 trabalhadores, o que representa 21,52% de amostra, considerada bastante significativa para a pesquisa. Cabe ainda salientar que na poligonal de estudo estão as ruas: Coqueiros da Piedade, 24 de Fevereiro, Junqueira Ayres e trecho da Portão da Piedade. Neste momento, entretanto, cabe apresentar apenas as principais observações obtidas⁵.

Uma observação importante acerca da atividade dos trabalhadores de rua no espaço público, é que a área demandada para o desenvolvimento da atividade não é apenas aquele ocupado materialmente pela estrutura física utilizada para a atividade laboral, mas também é aquele referente tanto ao espaço ocupado por essa estrutura, que por vezes extrapola os limites pré-estabelecidos pela municipalidade, como é também aquele ocupado para o desenvolvimento funcional da atividade, conforme pode ser observado nas Figuras 3 e 4, que mostram duas ruas da poligonal analisada em horário de grande movimento.

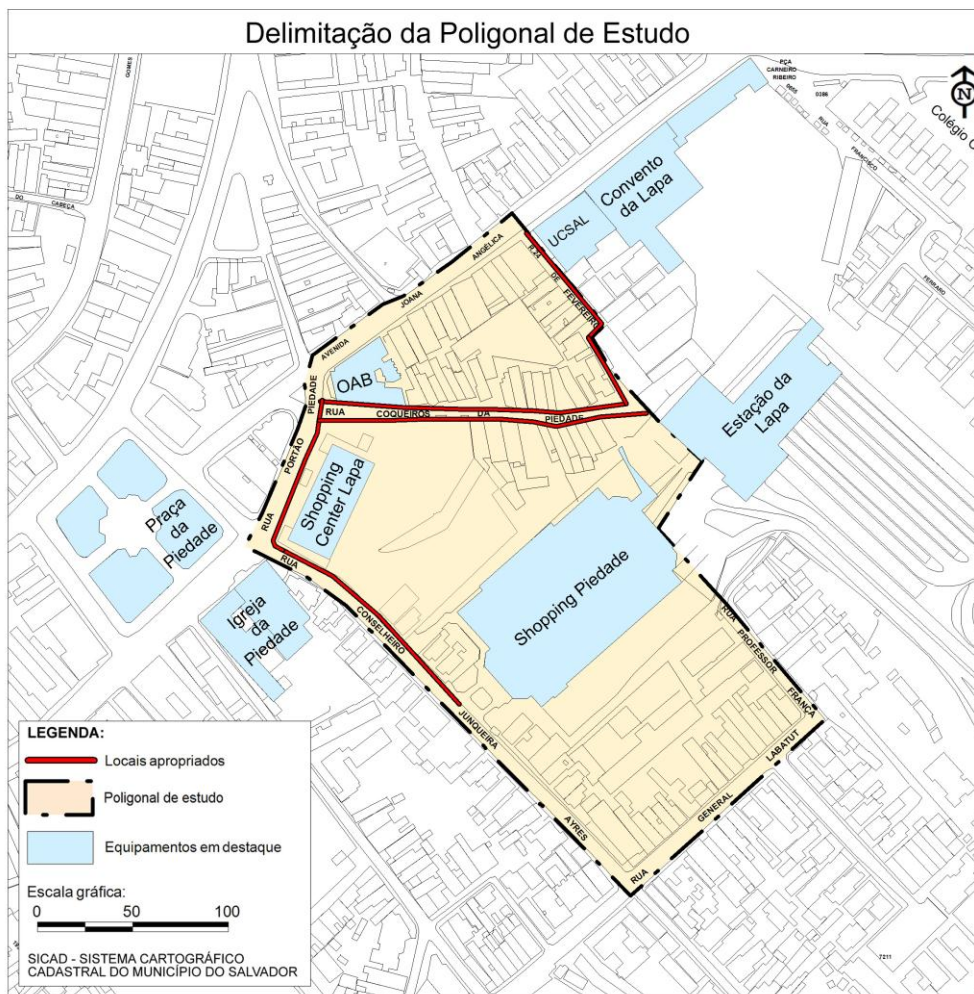


Figura 01: Delimitação da Poligonal de Estudo.
 Fonte: Elaborado pela autora, com base no Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador (SICAD), 2012.



Figura 02: Perímetros do Centro Municipal Tradicional
 Fonte: Elaborado pela autora com base no Mapa 06 – Sistemas de Cargas e Transporte, PDDU/2008 (SALVADOR, 2008).

Com relação ao perfil dos trabalhadores de rua, de maneira geral, verificou-se que há mais homens do que mulheres trabalhando na área analisada, predominantemente com idade de 20 a 40 anos. A maioria desses trabalhadores é da cidade de Salvador, mas há uma parcela considerável que veio de cidades do interior do Estado da Bahia.



Figura 03: movimentação na Rua Coqueiros da Piedade (sentido Rua Portão da Piedade).
Fonte: Acervo da autora, 2012.



Figura 04: Desvio pelos pedestres para a faixa de circulação de veículos Rua Conselheiro Junqueira Ayres.
Fonte: Acervo da autora, 2012.

Outro aspecto importante é a temporalidade da atividade. As ruas analisadas são apropriadas de segunda a sábado pelos trabalhadores de rua, predominantemente no período de 08h00 às 20h00. Nas Figuras 5 e 6 pode-se observar o início da ocupação dos trabalhadores de rua por volta das 7h30 da manhã.

As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores de rua em Salvador estão enquadradas em dois casos: naqueles em que foi necessário apenas o capital para iniciar e também nas que além do capital, é necessário algum tipo de qualificação, pois existem algumas situações em que as mercadorias comercializadas são também produzidas artesanalmente pelos próprios trabalhadores.



Figura 05: Início da jornada Rua Portão da Piedade (registro às 7h30)
Fonte: Acervo da autora, 2012.



Figura 06: Início da jornada Rua 24 de Fevereiro (registro às 7h30)
Fonte: Acervo da autora, 2012.

A renovação do estoque, fator essencial para a dinâmica do trabalho varia de acordo com o tipo de mercadoria que é comercializado, podendo ocorrer todos os dias (ex.: bijuteria, DVD, água de coco), ou em períodos superiores a 1 mês (ex.: relógios e eletrônicos). Há casos em que a renovação do estoque acontece sem o deslocamento do trabalhador de rua até o fornecedor ou intermediário, considerado por Santos (2008b) como um elemento fundamental para o funcionamento do circuito inferior. Sobre este aspecto, considerando-se todo o universo pesquisado, é possível verificar que a maior parte das mercadorias importadas pode ser adquirida na própria cidade de Salvador.

Os tipos de mercadorias comercializadas variam de acordo com a época do ano (datas comemorativas) ou mesmo com o clima. Seguindo a classificação de Santos (2008b) sobre as mercadorias, os produtos encontrados na poligonal de estudo podem ser classificados predominantemente como sazonais (ex.: enfeites natalinos e adereços carnavalescos), necessários ou úteis (ex.: controle remoto e calçados), sendo pouco encontrados na área estudada os considerados perecíveis (ex.: frutas) ou indispensáveis (ex.: água).

O grande volume de mercadorias observado nos leva ao questionamento sobre onde tudo isso é armazenado, questão esta que também foi inserida na pesquisa. Na medida em que a pergunta foi apresentada aos trabalhadores de rua, as respostas apontaram para um provável grande número de depósitos localizados ou na própria rua na qual estão alocados ou em ruas próximas no próprio Centro. Este fato revela que novas funções são assumidas pelas antigas formas do Centro, decorrentes das novas demandas surgidas no tempo, em que locais que poderiam ser considerados aparentemente como abandonados e que com a atividade dos trabalhadores de rua são ressignificados com um novo uso.

A apropriação observada nas ruas do Centro reforça o novo uso que é conferido ao espaço, não apenas aquele que é dado pelos trabalhadores às ruas que interligam a Estação da Lapa ao seu entorno, mas também às antigas edificações do Centro, que assumem novas funções, como é o caso observado em antigos imóveis residenciais que são utilizados como depósitos de mercadorias. Cabe salientar que os aspectos apresentados para a área de estudo não se restringem a mesma, mas auxiliam na compreensão que extrapola os seus limites físicos e auxiliam no entendimento da dinâmica da cidade como um todo.

5 CONCLUSÕES

Pode-se depreender que a composição orgânica decorrente do modelo capitalista implica em uma rigidez no mercado de trabalho que contribui para aumentar e manter o exército de reserva, onde a classe menos favorecida recebe menores salários ou está mais frequentemente desempregada. Deste modo, o trabalho no circuito inferior, no sentido da labutação propriamente dita, é mais importante do que o lucro por uma questão de

sobrevivência. Assim, os trabalhadores de rua compreendidos no nível inferior da pulverização do comércio, não são independentes como se poderia pensar, pois estão inseridos no ciclo de produção, trabalhando para patrões invisíveis, ou seja, compondo as microcadeias de comercialização que favorecem a circulação do capital.

As mudanças que ocorrem ao longo do tempo afetam o Centro, na medida em que a reestruturação urbana cria e desenvolve novas centralidades, mas isto não implica necessariamente na sua deterioração, pois a função econômica continua sendo a sua função principal, alterando-se apenas o perfil da população que o utiliza e nele consome. O Centro Tradicional se configura, portanto, como um espaço opaco, ou seja, atrai menos densidade de capital, tecnologia e informação, onde se evidenciam as atividades consideradas como informais. Ele conserva a multiplicidade de usos, podendo ser entendido como o local mais acessível da cidade, onde se realizam as trocas comerciais, os encontros e desencontros, numa dinâmica em que o cotidiano é relacionado à mercadoria pelo predomínio das atividades terciárias.

Há de se considerar as incertezas e instabilidades dos trabalhadores de rua com relação ao trabalho de onde tiram o seu sustento, já que as licenças são concedidas em caráter precário, o que significa a perda do ponto a qualquer momento em que a municipalidade entenda a inviabilidade da atividade no local. Sob esta questão há uma contradição interessante, pois ao mesmo tempo em que a atividade é reprimida, o logradouro público é também considerado como local de desenvolvimento econômico pelo próprio Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador. O conceito de logradouro público no PDDU/2008 agrega a ideia da funcionalidade do lugar para além dos aspectos referentes ao convívio e socialização, pois insere o aspecto do desenvolvimento econômico no conceito. Desse modo, o logradouro pode ser regulamentado e fiscalizado, submetendo seus usuários às sanções administrativas estabelecidas por lei.

A apropriação é entendida como o ato de tomar posse de algo que em princípio não possui um dono, visto que trata-se do espaço público, e que, portanto, é de uso comum a todos. O sentido desta apropriação está relacionado com a particularização deste espaço pelos trabalhadores de rua, ou seja, tem a ver com o uso específico do lugar num determinado espaço de tempo que cria um vínculo simbólico com o mesmo pela definição de pontos específicos de trabalho, onde o mobiliário e a localização são permanentes, ainda que sejam estabelecidos em horários e dias específicos. A característica inerente do Centro, ou seja, a existência de um uso do solo diversificado favorece a permanência da atividade neste lugar que conta ainda com numerosas lojas que comercializam no atacado a mercadoria ofertada pelos trabalhadores de rua. Além disso, o novo uso de certos imóveis que são utilizados como depósito de mercadorias, aponta para uma continuidade no desenvolvimento da atividade na região.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BOUÇAS, Rose Laila de Jesus. **Trabalhadores de rua**: uso do solo urbano e apropriação do espaço público. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Colegiado de Urbanismo. Campus I. 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. 1. ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERRARI, Celson. **Curso de planejamento municipal integrado**: urbanismo. São Paulo: Pioneira, 1977.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1984.

HEINONEN, Noora. A cidade alta em alta? Circuitos e cenários das dinâmicas comerciais do centro velho de Salvador. In: **GeoTextos**, vol. 1, n . 1, 2005.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.4)

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Tradução: Manoel Fernando Gonçalves Seabra. – São Paulo: Nobel, 1988.

MOLLIER, Jean-Yves. **O camelô**: figura emblemática da Comunicação / tradução: Fatima Murad – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. **Centralidade urbana e comércio informal**: os novos espaços de consumo no Centro de Anápolis-GO. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. **Espaço Público**: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ANO 9, n. 2, 2º semestre de 2009.

SALVADOR (Município). Lei 3.377 de 23 de julho de 1984. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo no Município da Cidade do Salvador e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Salvador BA, 23 jul. 1984.

SALVADOR (Município). Lei 5.503 de 28 de dezembro de 1999. Código de Polícia Administrativa do Município do Salvador. **Diário Oficial do Município**, Salvador BA, 28 dez.1999. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/media/3335/lei5503_1999.pdf>. Acesso em 15 nov. 2011.

SALVADOR (Município). Lei 7.400 de 20 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2008 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Salvador BA, 20 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/media/5967/lei7400-08.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2011.

SALVADOR (Município).TRANSALVADOR - Superintendência de Trânsito e Transporte do Salvador. Anuário de transportes urbanos de Salvador Ano XXII, 2010. Salvador, 2010.

SANTANA, Valdemir. Estação da Lapa gera um novo ponto de comércio na cidade. **Correio da Bahia**, Salvador, 24 fev. 1983. s.p.

SANTOS, Carlos Nelson F.; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. Estrutura, Processo, Função e Forma como Categorias do Método Geográfico. In: **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Morfologia do tecido urbano. In: **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos / Milton Santos; tradução Myrna T. Rego Viana – 2. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público**: da dominação à apropriação. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 19, pp. 93-111, 2006.

Notas:

[1] Três Centros Municipais são definidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU/2008): Centro Municipal Tradicional (CMT), Centro Municipal do Camaragibe (CMC) e Centro Municipal Retiro-Acesso Norte (CMR). A área estudada está inserida dentro da área considerada pelo PDDU/2008 como o Centro Municipal Tradicional (CMT) que inclui o Centro Histórico e corresponde também ao local simbólico das principais relações de centralidade do município, que beneficia os grandes terminais de transporte de passageiros e cargas e está vinculado, dentre outros, às atividades governamentais, manifestações culturais e cívicas e de comércio e serviços (SALVADOR, 2008).

[2] A pesquisa se insere Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM), contemplado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), realizado em parceria entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). Propõe investigar metodologias de compreensão da complexidade das cidades no contexto contemporâneo de espetacularização urbana, baseadas na articulação entre 3 linhas de abordagem que costumam ser tratadas separadamente: historiografia, apreensão crítica e experiência estética-corporal.

[3] Neste trabalho entende-se por “comércio tradicional” o aquele que é realizado nas ruas e por “comércio moderno” aquele que é desenvolvido nas grandes superfícies comerciais, os shoppings centers.

[4] Por título precário entende-se o modo de conceder, usar ou gozar alguma coisa por mero favor ou permissão, sem constituir um direito.

[5] Este artigo foi escrito com base no trabalho de conclusão de curso da autora, intitulado “Trabalhadores de rua: uso do solo urbano e apropriação do espaço público”, apresentado no ano de 2012.